



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício nº 071/2020

Maceió, 12 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador do Estado de Alagoas  
Palácio República dos Palmares  
Rua Cícinato Pinto, s/n, Centro – Maceió/AL – CEP: 57.020-050

**Assunto: Encaminhamento da INDICAÇÃO Nº 322/2019.**

Senhor Governador,

Gabinete Civil
Proc. 1101 763
02 / 04 / 2020
<i>[Assinatura]</i>
Assinatura

Com o presente, encaminho a Vossa Excelência, na forma como preconiza a Constituição Estadual e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, cópia da **INDICAÇÃO Nº 322/19**, de autoria da Deputada **ÂNGELA GARROTE**.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, meu apreço e elevada consideração.

Atenciosamente.

  
**MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**

**PRESIDENTE**

Gabinete Civil  
REC 1101 763  
01 04 2020  
*[Assinatura]*

ENCERRADA A DISCUSSÃO

Em 04/03/2020

PRESIDENTE

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL  
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ÂNGELA GARROTE

INDICAÇÃO Nº 322/2019.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA, DO ESTADO DE ALAGOAS.**

ANGELA GARROTE, Deputada Estadual com assento nesta Assembleia Legislativa, na forma do que estabelecem os artigos 157 e 159 do Regimento Interno, INDICA, a este Poder, após decisão soberana do plenário, que seja dirigido apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, e ao Senhor Ilustríssimo Senhor Secretário de Saúde do Estado e Alagoas, Alexandre Ayres a elaboração de um Projeto de Lei com finalidade de prestar assistência de saúde nas Unidade Prisionais e Casas de Custódias do Estado de Alagoas, conforme justificativa.

**JUSTIFICATIVA**

A grave situação em que se encontram as pessoas privadas de liberdade, refletida, dentre outros fatores, nas práticas de violência, na precariedade de espaço físico e na carência do atendimento à saúde, é uma realidade que não se pode negar. Embora existam inúmeros tratados internacionais que definem normas e orientações para uma melhor implementação das unidades penitenciárias de todo o mundo, observa-se que estas não vêm sendo seguidas. Historicamente, a questão da atenção à saúde da população que se encontra em unidades prisionais no Brasil tem sido feita sob ótica reducionista, na medida em que as ações desenvolvidas limitam-se àquelas voltadas para DST/AIDS, redução de danos associados ao uso abusivo de álcool e outras drogas e imunizações, apesar dos altos índices de tuberculose, pneumonias, dermatoses, transtornos mentais, hepatites, traumas, diarreias infecciosas, além de outros agravos prevalentes na população brasileira, observados no âmbito destas instituições. É fato conhecido que os problemas de saúde decorrentes das condições de confinamento não têm sido objeto de ações de saúde que possibilitem o acesso das pessoas presas à saúde de forma integral e efetiva. A necessidade de implementação de uma política pública de inclusão social que atente para a promoção dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade aponta para a importância da reorientação do modelo assistencial, a fim de atender às carências manifestas por esta população.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa de Alagoas, 18 de setembro de 2019.

ÂNGELA GARROTE  
Deputada Estadual

APROVADO

Em 05/03/2020

PRESIDENTE

MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS  
PRESIDENTE